

Atenção:

Você está recebendo uma prova com 10 questões de múltipla escolha.

Cada questão só tem 01 (uma) alternativa correta.

Rasuras de qualquer tipo não serão aceitas.

A partir do início de 2020, o mundo todo viveu as adversidades da pandemia provocada pela Covid-19. O Brasil, além de tudo, aprofundou as desigualdades, e a má gestão da pandemia foi mobilizadora para evitar danos maiores à população, como o aumento da população de rua. Os fragmentos de textos que seguem retratam essa situação no período citado e são base para as questões 1 e 2.

TEXTO 1

CAMPANHA DESPEJO ZERO. A campanha é uma ação nacional, criada por movimentos e organizações sociais, com apoio internacional, que visa à suspensão dos despejos ou remoções, sejam elas fruto da iniciativa privada ou pública, respaldada em decisão judicial ou administrativa, que tenha como finalidade desabrigar famílias e comunidades, urbanas ou rurais. Lançada no mês de junho de 2020, a ação busca resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis e também as pessoas em situação de rua.

CAMPANHA Nacional #despejzero Disponível em:
<https://www.campanhadespejzero.org/despejzero> Acesso em: 29 mar. 2023

TEXTO 2

Projeto de Lei quer impedir despejo de famílias em situação de vulnerabilidade

Um Projeto de Lei (PL) de autoria de [...] quer impedir que pessoas em vulnerabilidade sejam despejadas ou sofram remoções forçadas. Protocolado nesta segunda (6), o PL 1501/2022 prevê que o poder público deve garantir a transferência de pessoas que moram em locais ocupados para espaços adequados quando a desocupação for inevitável.

O texto prevê que, antes da desocupação, os entes públicos avaliem os impactos socioeconômicos da pandemia sobre o grupo de moradores. Além disso, reforça a necessidade de audiências entre as partes envolvidas (ocupantes e proprietários dos terrenos ou edifícios) e obriga o aviso de risco de desalojamento com ao menos dez dias úteis. [...]

Além de evitar os despejos propriamente ditos, o Projeto de Lei prevê que as três esferas do poder público (União, estados e distrito federal e também os municípios) deverão criar programas para assegurar o direito à moradia às pessoas alcançadas pelas medidas de suspensão das desocupações e remoções.

O texto ainda destaca a necessidade de priorizar a permanência das famílias nas regiões onde previamente se encontram – caso não haja essa possibilidade, aí sim, garantir o reassentamento. As medidas valeriam tanto para o campo quanto para os centros urbanos.

MENDES, Felipe. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro (RJ), 07 Jun. 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/07/projeto-de-lei-quer-impedir-despejo-de-familias-em-situacao-de-vulnerabilidade> Acesso em: 29 mar 2023.

TEXTO 3

Plenário confirma liminar, e despejos e desocupações continuam suspensos até 31 de outubro | Por maioria, foi referendada decisão do ministro Luís Roberto Barroso.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por maioria de votos, liminar concedida em junho pelo ministro Luís Roberto Barroso para suspender despejos e desocupações até 31/10, em razão da pandemia da covid-19. A decisão foi tomada no

juízo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, na sessão virtual concluída em 5%.

Barroso destacou a necessidade de estender, por mais quatro meses, os direitos assegurados pela Lei 14.216/2021, com a suspensão temporária de desocupações e despejos, inclusive para as áreas rurais, de forma a evitar qualquer superposição com o período eleitoral. A corrente majoritária acompanhou seu entendimento de resguardar o direito à moradia e à saúde de pessoas vulneráveis, diante da nova alta de casos e de mortes por covid-19 em junho.

Moradia x propriedade

Em seu voto, Barroso ressaltou que, assim como o direito à moradia, o direito à propriedade também é assegurado constitucionalmente e, por isso, a suspensão de despejos e desocupações não deve se estender indefinidamente. No entanto, quando se esgotar a atuação do STF sobre a matéria, será preciso preparar um regime de transição para a retomada progressiva das reintegrações de posse, “com o pleno respeito à dignidade das famílias desapossadas”, a fim de evitar o risco de convulsão social decorrente da execução simultânea de milhares de ordens de despejo, envolvendo centenas de milhares de famílias vulneráveis. [...]

STF. Supremo Tribunal Federal, 08 ago. 2022. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=491901&ori=1> Acesso em:

29 mar. 2023.

QUESTÃO 1

As informações trazidas pelos textos 1 e 2 exemplificam, no que concerne ao Estado de Direito:

- a) A apropriação de pautas de cidadania por agentes públicos para embasar seus projetos.
- b) A ação da sociedade civil organizada, impulsionando agentes públicos à elaboração de políticas públicas.
- c) A elaboração de política pública pautada pelo executivo para o legislativo.
- d) O desrespeito à cidadania de pessoas vulneráveis por meio de ações que não enfrentam seu problema real.

QUESTÃO 2

Segundo o que trata a matéria exposta no texto 3, a ação do STF ilustra:

- a) Um ordenamento jurídico adverso ao que preconiza a Constituição Federal de 1988.
- b) A intervenção do poder judiciário, na arena política, sem necessidade dele.
- c) A instrumentalização do poder legislativo pelo poder judiciário.
- d) A garantia de um direito constitucional a partir do controle social exercido pela sociedade sobre a efetivação das políticas públicas.

QUESTÃO 3

“o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão; [...] representa o lugar onde se formam, especialmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria inclusive em detrimento dos poderes legítimos - o lugar onde, em outras palavras, desenvolvem-se os processos de deslegitimação e de relegitimação” (BOBBIO, 1995, p. 35-37).

A explanação feita por Norberto Bobbio reflete sobre o conceito de

- a) Estado.
- b) Governo.
- c) Sociedade Civil.
- d) Partido político.

QUESTÃO 4: Considerando as informações apresentadas a seguir, correlacione as tipologias listadas as suas respectivas noções conceituais.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.

2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.

3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.

4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos. Se desenvolvem predominantemente dentro de uma dinâmica pluralista, em que a capacidade de aprovação ou não de uma política desse gênero é proporcional à relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade.

- Políticas Distributivas
- Políticas Redistributivas
- Políticas Constitutivas
- Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

a) 1, 2, 3 e 4.

b) 1, 3, 2 e 4.

c) 1, 4, 3 e 2.

d) 1, 2, 4 e 3.

QUESTÃO 5: Relacionado à gestão de políticas públicas, políticas públicas e fases de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

Relacionado à gestão de políticas públicas, a implementação de políticas públicas é o aspecto mais importante e o mais contemplado pela literatura especializada na gestão de políticas públicas.

Com relação à gestão pública, as demandas recorrentes por políticas públicas são aquelas não resolvidas ou mal resolvidas. Quando se acumulam sem uma solução satisfatória, dependendo de sua duração e gravidade, podem levar a crises de governabilidade que, no limite, chegam a provocar rupturas institucionais.

Com relação a políticas públicas no Brasil, a inclusão de uma necessidade da população nas prioridades do poder público refere-se à etapa de construção de agendas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

A respeito das fases de políticas públicas, de acordo com o modelo bottom-up, a implementação transforma e adapta as políticas originais. O modelo bottom-up é um modelo de baixo para cima; portanto, é dizer que esse modelo analisa as demandas em sua base, pelos atores de escalões inferiores, remodelando as políticas públicas originalmente concebidas pelo alto escalão.

Políticas públicas são predominantemente iniciativas autônomas das instâncias governamentais dotadas de responsabilidades legais sobre determinadas áreas de atuação ou questões de interesse público.

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

a) V – F – F – V – V.

b) F – F – V – V – V.

c) F – V – V – V – F.

d) V – V – F – V – F.

QUESTÃO 6: Relacionado à conceituação gestão de políticas públicas, políticas públicas, formulação e implementação de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() No que se refere à conceituação de políticas públicas no Estado moderno e ao processo de elaboração dessas políticas, independentemente da tipologia adotada, é comum às políticas públicas o fato de se constituírem em espaços de poder onde se disputam recursos e a visão de mundo que orienta a ação sobre a realidade.

() Considerando os planos, programas e conferências produzidos e promovidos pelo governo federal no processo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, a formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão os resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

() Acerca da formulação e implementação de políticas públicas e do planejamento na administração pública, a formulação e a implementação de políticas públicas são processos idênticos, razão por que esses termos podem ser utilizados de forma intercambiável.

() Relativo às políticas públicas, ao planejar uma política pública, devem estar claros seu objeto e seus mecanismos de planejamento e de avaliação. Ou seja, sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

() Em relação às políticas públicas e a outros aspectos a elas relacionados. Entende-se por políticas públicas um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de demandas sociais; por isso, todas essas demandas sempre alcançam a agenda governamental das autoridades públicas decisórias.

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

a) V – F – F – V – V.

b) V – V – F – V – F.

c) F – V – V – V – V.

d) V – V – F – F – F.

QUESTÃO 7: Em relação aos modelos de avaliação Silva (2008), considera como tais o monitoramento, a avaliação política da política, a avaliação de processos e a avaliação de resultados/impactos. Existem momentos em que profissionais que atuem na área de públicas possam encontrar dificuldades em diferenciar o monitoramento da avaliação e, também dentre as diversas tipologias de avaliação podem ter dificuldades em identificar a mais adequada aos objetivos que a equipe deseja alcançar. Em uma situação hipotética em que seja essencial efetivar esta diferenciação, o Município de Corujas precisa aplicar um modelo de avaliação que tenha por objetivo entender as repercussões do Programa Bolsa Família em famílias egressas, com o intuito de identificar o efeito desta política na população em pauta e potenciais alterações das condições sociais destes egressos. Neste caso, a equipe de profissionais deve optar por utilizar qual modelo entre os citados:

a. Monitoramento.

b. Avaliação política da política.

c. Avaliação de impactos

d. Avaliação de processos

QUESTÃO 8 - Em Belo Horizonte, MG, O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, foi criado pela Lei nº6949/1995 e regulamentado pelo Decreto Municipal, em conformidade com o seu Regimento Interno, no Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, é composto de 22 conselheiras, sendo: I - 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes representantes

dos órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, indicadas pelo(a) Secretário(a) titular das pastas contempladas; II - 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes não governamentais. Em conformidade com o exposto e considerando os estudos realizados acerca desta temática, podemos afirmar que a classificação do referido Conselho e esta parte relativa ao seu Regimento apontam, sucessivamente para as características de:

- a. **Instituição Participativa e a sua composição paritária.**
- b. Política pública e composição paritária.
- c. Instituição participativa e o quantitativo máximo de composição do Conselho em questão.
- d. Órgão executivo do poder público Municipal e o quantitativo máximo de composição do Conselho em questão.

QUESTÃO 9. No texto a seguir: “Os municípios, por sua vez, ganharam dimensão inusitada e os prefeitos reposicionaram-se no jogo político. Eles se afastaram da situação anterior em que predominava o atrelamento aos interesses dos governadores e a dependência de repasses, empréstimos, gastos de empresas estaduais e nomeação de correligionários, necessários à sustentação da administração local e dos projetos pessoais dos dirigentes. O menor alcance da atuação estadual levou ao afrouxamento dos elos econômicos e políticos com os governadores. O espaço acabou ocupado pela articulação direta com o centro, mais atuante no atendimento das demandas municipais e o responsável principal pelo repasse de verbas, assinatura de convênios e definição de programas de atendimento das demandas dos cidadãos, determinantes do sucesso do projeto político local” (LOPREATO, 2022, p.32).

As questões descritas são inerentes a peculiaridades do processo do federalismo brasileiro, o autor em questão propõe neste estudo delinear as fases do arranjo federativo.

No texto que foi inicialmente apresentado, temos a ocorrência dos fatos relativos ao Federalismo brasileiro inserido em qual dos cortes temporais a seguir relacionados?

- a. A República e o federalismo com a força do poder estadual (1891 a 1964).
- b. O federalismo do regime Vargas.
- c. O avanço do poder estadual: 1946 a 1988
- d. **A construção do novo arranjo federativo com a revisão do pacto federativo que teve início na Constituição de 1988 até os dias atuais.**

QUESTÃO 10. Ao tratar do conceito de agenda no campo das políticas públicas, temos que este “foi inicialmente definido no artigo publicado por Cobb e Elder em 1971, no qual agenda corresponderia em uma tradução livre a “um conjunto geral de controvérsias políticas que serão vistas como caindo no leque de preocupações legítimas que merecem a atenção da política” Estes autores publicaram no ano seguinte, um aprofundamento do conceito, estabelecendo a diferenciação entre dois tipos de agenda: sistêmica e governamental (Cobb & Elder, 1972)”. Considerando esta tipologia, é possível afirmar em relação às particularidades inerentes a agenda governamental que:

- a. Em seu escopo existe um conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são por esta entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais.
- b. As questões presentes nesta agenda despertam a atenção da opinião pública ou quando parte considerável da sociedade demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a uma preocupação.
- c. **É composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão, seja no plano local, estadual ou federal, tidas como questões inerentes à agenda formal.**
- d. Todas as questões presentes na agenda sistêmica serão incluídas na agenda governamental.